

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Technos S.A. (a "Companhia"), anteriormente denominada GMT Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia foi constituída em 6 de dezembro de 2007 e entrou em operação em 8 de janeiro de 2008. Seu objeto social é a participação em outras sociedades, no país ou no exterior. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia detinha participação direta de 100% no capital da Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. ("TASA").

A Companhia possui o poder de controlar essa sociedade, e por isso, é integralmente tratada como subsidiária nessas demonstrações financeiras (conjuntamente "Grupo").

O Grupo é controlado pelo Fundo de Investimento e Participações GMT.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Technos S.A. foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 22 de março de 2012.

(a) Estrutura societária

Em 8 de maio de 2008 a Companhia adquiriu 100% das ações ordinárias da SD Participações.

Em 11 de maio de 2008 a Technos Relógios S.A., controlada indireta, incorporou sua controladora T1 Participações S.A. Na mesma data, a Technos Relógios S.A. foi incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio Ltda., sendo esta transformada societariamente em Sociedade Anônima de capital fechado.

Em 14 de maio de 2010, a SD Participações adquiriu 10,04% de participação adicional na TASA, aumentando a sua participação para 100% do capital total da TASA.

A Companhia também controla, indiretamente, a Technos Amazônia Swiss Sarl ("TASS") que foi constituída com a finalidade específica e única de administrar a marca internacional Technos, não tendo qualquer atividade operacional geradora de resultado.

Em 4 de maio de 2011 a Companhia protocolou na Comissão de Valores Mobiliários - CVM pedido de registro de Companhia Aberta. Em 28 de junho de 2011 a CVM deferiu o pedido de registro de Companhia Aberta, categoria "A", sob o código 2251-9, com início de negociação de suas ações na BM&FBOVESPA em 1º de julho de 2011. As ações são negociadas sob o código "TECN3".

Em 26 de setembro de 2011 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição de uma sociedade limitada com as seguintes características: (a) sede no estado do Rio de Janeiro, e (b) capital social inicial de até R\$ 3.000. A sociedade foi constituída em 27 de setembro de 2011 sob a denominação social de SCS Comércio de Acessórios de Moda Ltda. Em 31 de dezembro de 2011 a sociedade não estava operacional devido ainda estar em processo de regularização de suas atividades, estando seu capital social pendente de integralização em 100%.

Em 15 de dezembro de 2011 a Companhia incorporou a SD Participações S.A.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Operações

A controlada TASA é uma Sociedade Anônima de capital fechado, fundada no ano de 1956, e que tem como atividade preponderante a industrialização e comercialização de relógios de pulso sob marcas próprias TECHNOS e MARINER e as licenciadas MORMAII, SEIKO e EURO. Seu parque industrial, sediado em Manaus - AM industrializa o produto final e o distribui para todo o território nacional, contando, para isto, com dez filiais instaladas nas principais capitais do país, cada uma com estrutura de vendas e assistência técnica local. A venda é feita exclusivamente aos lojistas, sendo o produto despachado diretamente da fábrica, em Manaus, para os lojistas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. O Grupo não realizou nenhuma combinação de negócios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Transações e participações não controladoras

O Grupo trata as transações com participações de não-controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não-controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não-controladores também são registrados no patrimônio líquido na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial".

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(iii) Coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não tinha participações em coligadas e controladas em conjunto.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

A administração da Companhia analisou e concluiu que para fins de divulgações nessas demonstrações financeiras, em função da estrutura do Grupo e das informações utilizadas para tomadas de decisão e avaliações de desempenho serem elaboradas considerando os resultados do Grupo como um todo, a Technos S.A. possui somente um segmento. Adicionalmente, os tomadores de decisões podem efetuar caso necessário, determinadas análises sobre certas informações mais detalhadas dos produtos, marcas e outras divisões do Grupo, que não se qualificam como segmentos para divulgação.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor e contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante e apresentadas como caixa e equivalente de caixa na Demonstração dos fluxos de caixa.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado classificados no circulante são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Títulos e valores mobiliários" classificados no ativo não circulante que representam CDBs dados em garantia (fianças bancárias).

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no período em que ocorrem.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

A perda por impairment é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. A reversão da perda também será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.7 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são subsequentemente, reconhecidas na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras".

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva, deduzidas da provisão para *impairment*. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 10).

A avaliação do valor justo é obtida através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa descontados (Nota 2.6.4(a)). A taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) na data da transação é utilizada como taxa de desconto. A referida taxa é compatível com transações de natureza, prazo e riscos em condições similares de mercado, considerando o histórico de recebimento da Companhia. A outra premissa chave no cálculo do valor presente é o prazo de recebimento. Utilizamos como premissa o prazo individual de cada nota fiscal faturada. O Grupo reavalia essa metodologia trimestralmente, atualizando suas premissas conforme as práticas comerciais de prazos efetivamente registradas assim como alterações na taxa SELIC vigente.

2.9 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende componentes, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada processo de importação.

2.10 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e não pelo uso contínuo, e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda. Caso a venda não ocorra no período de um ano, a administração reavalia se as premissas utilizadas para a classificação original, ainda permanecem válidas.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa, e são identificados de acordo com o segmento operacional.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Valores a pagar por licenciamentos são registrados no passivo como "Licenciamentos a pagar" (Nota 2.14). As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada conforme descrito na Nota 14(c). Para as marcas e licenças de vida útil indefinida que não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para a verificação de *impairment* (Nota 14(d)).

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de acordo com Nota 14.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vide Nota 14).

2.12 Imobilizado

O imobilizado é composto por terrenos, edificações, equipamentos, veículos e instalações, e compreendem, principalmente, fábricas, escritórios e ativos utilizados na operação do Grupo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	36 à 60
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 à 4
Equipamentos e instalações	10
Veículos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 15).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros, líquidos" na demonstração do resultado.

O Grupo revisa as taxas de vida útil das principais classes de ativos anualmente.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Redução ao valor recuperável ("Impairment") de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e determinadas marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são integralmente agrupados na TASA, que concentra as operações do Grupo. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores e licenciamentos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e licenciamentos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços ou licenciamentos de marcas que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.15 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

2.16 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos de obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

(a) Corrente

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Grupo, através de sua controlada TASA, goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. O incentivo fiscal é calculado com base no lucro tributário da atividade (chamado "lucro da exploração"), levando em consideração o lucro operacional dos projetos que são beneficiados pelo incentivo fiscal durante um período fixo. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultado apurado na unidade fabril localizado no Distrito Industrial de Manaus - AM. Não existem obrigações adicionais do Grupo com relação ao benefício fiscal direto do imposto de renda. Consequentemente, a despesa de imposto de renda da TASA é apresentada na demonstração do resultado pelo valor líquido, descontando a parcela do incentivo fiscal realizado.

(b) Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, considerando os efeitos dos benefícios fiscais acima descrito e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.18 Benefícios a empregados

(a) Participação dos empregados nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o indicador de performance e rentabilidade do Grupo, na forma estabelecida em acordo sindical, e desempenho de cada funcionário ou departamento, mensurada em função do alcance de metas anuais estabelecidas no início de cada exercício. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). As provisões intermediárias são constituídas com base nas projeções de resultado e do pagamento a ser feito ao final do ano, considerando a parcela desse resultado atual atribuível ao resultado do exercício.

(b) Plano de opção de compra de ações - *stock options*

O Grupo possui planos de remuneração com base em ações a parte de seus executivos, liquidados com ações disponíveis, segundo os quais a Companhia recebe os serviços desses executivos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo, que somente poderão ser exercíveis depois de respeitados prazos específicos de carência. O valor justo dos serviços do empregado, recebido em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. As condições de aquisição de direitos que não de mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquirido. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido ("*vesting period*"); período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais da quantidade de opções, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

(c) Outros benefícios

O Grupo oferece ainda outros benefícios aos seus funcionários como: assistência médica, seguro de vida, vale refeição ou refeição em refeitório e auxílio educação, independentemente do nível hierárquico. Adicionalmente, de acordo com a localidade do funcionário e seu nível hierárquico, oferecemos benefícios adicionais tais como estacionamento e aparelho de telefonia móvel. As despesas relacionadas a esses benefícios são reconhecidas na demonstração do resultado, quando incorridas.

O Grupo não oferece qualquer tipo de benefício pós-emprego aos seus funcionários.

2.19 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, e do ajuste a valor presente.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos

O Grupo, por meio da TASA, monta e vende uma variedade de relógios no mercado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que o Grupo efetua a entrega dos produtos para o lojista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o características da fatura; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A garantia é assegurada aos consumidores pelo prazo de até 12 meses, a partir da data da venda do lojista ao consumidor final. As vendas são registradas com base no valor justo. As vendas são realizadas com prazo médio de recebimento de aproximadamente 120 dias e são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa SELIC, que a administração acredita ser compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado (Nota 2.8).

(b) Vendas de serviços

O Grupo presta serviços de assistência técnica para os relógios das marcas sob a sua administração, nas suas diversas unidades espalhadas pelo Brasil.

A receita de prestação de serviços de assistência técnica é baseada em preço fixo e reconhecida no período em que os serviços são prestados.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O estatuto social em vigência até 4 de maio de 2011 não previa o pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Consequentemente, de acordo com a legislação societária brasileira, quando omissivo, o dividendo mínimo obrigatório a ser considerado é de 50% do lucro ajustado. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 4 de maio de 2011 foi aprovado o novo estatuto social da Companhia, quando passou a ser previsto o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

2.22 Incentivos fiscais

Crédito estímulo do ICMS

A TASA, controlada integral da Companhia, detém benefício de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo do Estado do Amazonas, sobre determinados produtos incentivados, que corresponde a 55% do valor do ICMS devido, apurado mensalmente na unidade fabril localizada no Distrito Industrial de Manaus - AM. Consequentemente, a despesa com esses tributos registrada na linha de deduções de vendas na demonstração do resultado é contabilizada pelo valor líquido de 45%.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.23 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Estimativas críticas na aplicação das políticas contábeis da entidade

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada de ágio

Anualmente, o Grupo testa potenciais perdas (*impairment*) de ágio e intangíveis de vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis dos intangíveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas, ou pelo valor justo menos as despesas necessárias a essa venda (Nota 14(d)).

No caso do ágio, o Grupo utilizou como metodologia para a determinação do valor recuperável, o valor justo, líquido de despesa de venda. Em 31 de dezembro de 2010, o valor justo foi obtido por referência à uma transação recente de venda de participação realizada no último trimestre de 2010 entre cotistas do Fundo de Investimentos e Participações GMT. Em 2011, o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável a metodologia do valor de mercado com base na última cotação das ações registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) menos os custos associados a essa venda. O resultado indicou valor recuperável superior ao valor contábil em ambas as situações, consequentemente não foi registrada nenhuma perda por *impairment* de ágio.

(b) Provisão para contingências

As provisões para contingências são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota pela administração. Essas avaliações e estimativas da administração são realizadas considerando a posição de nossos consultores jurídicos. As contingências estão divulgadas na Nota 17.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos (tais como decisões judiciais finais) independe da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

(c) Provisão de *impairment* de estoques

A provisão de *impairment* de estoques é registrada quando a administração da Companhia avalia que o valor de custo de seus estoques está registrado por valor superior ao seu valor recuperável. A provisão de *impairment* de estoques está descrita na Nota 11.

A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da administração que avalia, continuamente, a cada data de reporte, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de *impairment* de estoques, envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e avaliação do valor de custo ou mercado.

No caso de obsolescência, mensalmente a administração, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avalia a necessidade de se complementar ou reverter provisão de *impairment* por obsolescência.

A administração avalia ainda, o valor dos seus estoques com base no custo ou valor de mercado (recuperável), dos dois o menor. Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, dependendo de peça em produção ou produto acabado, seja inferior ao valor de custo, o Grupo constitui provisão para *impairment*.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi registrada reversão de provisão para perda em estoque no montante de R\$ 1.740 (2010 - constituição de R\$ 4.788). Vide Nota 11.

(d) Provisão de *impairment* de contas a receber

O Grupo analisa a existência e evidência de perda para determinar quando um contas a receber não é recuperável. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, o desempenho do setor e do segmento. A administração classifica seus clientes por Grupos, e com base nessa classificação são feitas as estimativas para avaliação de *impairment*.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, o Grupo sofreria um prejuízo adicional de R\$ 6.320 em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (em 31 de dezembro de 2010 - R\$ 3.268).

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da flutuação da taxa de câmbio do período compreendido entre a data da compra (encomenda) e a data do embarque da mercadoria. As importações são integralmente liquidadas no momento do embarque, antes da precificação dos produtos finais. Dessa forma, a exposição ao câmbio é reduzida, se restringindo a oscilações não antecipadas nesse período que podem resultar ou em margens menores, ou na necessidade de precificação num patamar mais elevado.

Para se proteger dessas oscilações, o Grupo se utiliza de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar a fim de travar o câmbio para parte de suas compras, se protegendo, dessa forma, das oscilações cambiais. O Grupo não aplica contabilidade de *hedge*. Vide item (d) abaixo com a análise de sensibilidade.

Em 31 de dezembro de 2011 o valor de pedidos de compras em processo junto aos fornecedores estrangeiros corresponde ao montante de U\$ 12.365 mil.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelo valor a pagar por aquisição de participação de não controladores mencionado na Nota 19 (c), que esta sujeito a remuneração do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) e pelos saldos de contas a receber de clientes que possuem características de financiamentos o Grupo não tem outros ativos nem passivos significativos em que incidam juros. O resultado e os fluxos de caixa operacionais do Grupo estão, substancialmente, livres das mudanças nas taxas de juros do mercado.

A administração do Grupo considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos à ela. A administração não considera o risco de taxa de juros crítico em suas operações.

(b) Risco de crédito

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, bem como criteriosa análise de crédito com base em dados internos do histórico do cliente e fontes

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

externas de consultas, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber (Nota 6). Considerando a classificação de clientes na carteira de recebíveis da companhia (Nota 6), o risco de crédito se concentra um pouco mais nos clientes classificados como "Clientes nacionais". Os clientes classificados como "Clientes regionais" historicamente tem apresentado pequeno índice de inadimplência.

(c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O Grupo monitora as suas projeções de recebimentos e pagamentos diários, a fim de evitar descasamentos imprevistos. Além disso, o Grupo conta com linhas de crédito imediatamente disponíveis em bancos de primeira linha, que poderão ser utilizados numa eventual necessidade.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Licenciamento a pagar	703	700	318	
Fornecedores e outras obrigações	9.215	140		
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos - FIP (Nota 16)		22.565	74.692	19.606
Empréstimo - capital de giro (Nota 16)	6.072			
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	425			
Licenciamento a pagar	700	700	1.225	
Valor a pagar por aquisição de participação não controladores	17.031			
Fornecedores e outras obrigações	7.250			

Em 31 de dezembro de 2011, O Grupo possui ainda linha de crédito aprovada com instituição financeira de primeira linha, não utilizada, no montante de R\$ 3.000.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía passivos sujeitos a análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM. Em 31 de dezembro de 2010 existiam os seguintes passivos:

	<u>Passivo</u>	<u>Nocional</u>	<u>Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
Financiamento	109.873	109.873	Aumento da taxa de juros CDI	10.714	13.377	16.034
Derivativo cambial	425	14.899	Desvalorização do US\$	425	4.045	7.663

O financiamento e os contratos de derivativo cambial foram integralmente liquidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

4.2 Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira. Um desses índices é a proporção entre dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado e incluindo também valores a pagar por aquisição de participação de não controladores), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O patrimônio líquido corresponde ao valor constante do balanço ao final do exercício social. Até 6 de julho de 2011, quando o Grupo liquidou os seus passivos financeiros significativos (Nota 16), a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2010, foi a de manter o índice de alavancagem financeira (dívida líquida/patrimônio líquido) dentro de patamares estáveis ou com pequenas variações. Após 6 de julho de 2011 o Grupo passou a ter saldo líquido em caixa. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 podem ser assim sumarizados:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Total dos empréstimos (Nota 16)		92.842
Total do valor a pagar por aquisição de participação de não controladores		17.031
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(60.854)	(4.065)
Menos: títulos e valores mobiliários no circulante (Nota 8)	(8.940)	
Dívida líquida	<u>(69.794)</u>	<u>105.808</u>
Patrimônio líquido	<u>366.814</u>	<u>132.499</u>
Índice de alavancagem financeira - dívida líquida/patrimônio líquido	<u>(19.0%)</u>	<u>79,9%</u>

O capital não é administrado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo do Grupo são integralmente classificados no Nível 1, e compreendem os títulos e valores mobiliários - CDBs. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 11.298.

(b) Passivos financeiros

Os únicos passivos financeiros do Grupo avaliado pelo valor justo através do resultado são os instrumentos financeiros derivativos. Estes instrumentos são integralmente classificados no Nível 2. Em 31 de dezembro de 2011 não existe saldo de instrumentos financeiros derivativos passivos reconhecido na conta de outras contas a pagar no passivo circulante (31 de dezembro de 2010: R\$ 425).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontamente e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. O Grupo não possui nenhum instrumento financeiro avaliado ao valor justo por meio do resultado classificado no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

5 Instrumentos financeiros por categoria

		Consolidado	
		Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2011			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários	11.298	11.298	
Contas a receber de clientes	121.551	121.551	
Caixa e equivalentes de caixa	60.854	60.854	
Depósitos judiciais	1.800	1.800	
	<u>195.503</u>	<u>195.503</u>	
		Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2011			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Licenciamentos a pagar	1.721	1.721	
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	9.355	9.355	
	<u>11.076</u>	<u>11.076</u>	

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado	
		Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2010			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários		2.094	2.094
Contas a receber de clientes		111.673	111.673
Caixa e equivalentes de caixa		4.065	4.065
Depósitos judiciais		1.444	1.444
		<u>119.276</u>	<u>119.276</u>
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2010			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos (dívida FIP)		86.770	86.770
Empréstimo (capital de giro)		6.072	6.072
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9(a))	425		425
Licenciamentos a pagar		2.118	2.118
Valor a pagar por aquisição de participação não controladores		17.031	17.031
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		3.468	3.468
	<u>425</u>	<u>115.459</u>	<u>115.884</u>

Controladora

As contas a receber e o caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Consolidado	
	2011	2010
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Clientes nacionais	18.386	21.694
Clientes regionais e locais	99.958	87.148
Outros	3.207	2.831
Total de contas a receber de clientes	121.551	111.673
Conta-corrente e depósitos bancários (*)		
AAA	71.924	5.709
AA+	218	443
	72.142	6.152

(*) Classificação extraída através do relatório da agência classificadora Fitch Ratings Brasil Ltda.

O Grupo somente utiliza instituições financeiras com *rating* de AAA para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos (Nota 9).

- Clientes nacionais - clientes de abrangência nacional, na maioria das vezes com grandes redes de pontos de venda atendendo o território nacional sem histórico de perda.
- Clientes regionais e locais - clientes de abrangência regional ou local, com um ou alguns pontos de venda concentrados na mesma região com eventuais históricos de atraso e baixos níveis de perda.
- Outros - clientes "*giftline*" e outros que não possuem histórico de relacionamento recorrente com o Grupo e não têm como atividade fim a comercialização de relógios.

O Grupo efetua a análise de crédito com base principalmente, no histórico de pagamentos do cliente. O limite de crédito é determinado de forma individual, e leva em consideração a sua capacidade financeira, o histórico de pagamento e o volume de compras efetuadas nos últimos 12 meses. Para os clientes novos, o Grupo recorre à consulta de histórico de crédito junto às agências de avaliação de crédito (SERASA, SPC, entre outras).

Para os clientes adimplentes, desde que respeitados os limites de crédito, as vendas são efetuadas automaticamente. Para os clientes que já figuraram como inadimplentes, a autorização das vendas é feita manualmente com base em análise individual, até que o histórico de crédito seja restabelecido.

Nenhum dos ativos financeiros adimplentes foi descontado no último exercício.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa			10	7
Depósitos bancários de curto prazo	8	21	3.332	967
Certificados de depósito bancário ("CDBs")	<u>40.145</u>	<u>272</u>	<u>57.512</u>	<u>3.091</u>
	<u>40.153</u>	<u>293</u>	<u>60.854</u>	<u>4.065</u>

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o caixa, os equivalentes de caixa incluem as contas garantidas como abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa e equivalentes de caixa	40.153	293	60.854	4.065
Contas garantidas (capital de giro)				(6.072)
	<u>40.153</u>	<u>293</u>	<u>60.854</u>	<u>(2.007)</u>

8 Títulos e valores mobiliários

A Companhia mantém os títulos e valores mobiliários concentrados em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média a 100% do CDI, mantidos em instituições de primeira linha, conforme composição abaixo:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Certificados de depósito bancário ("CDBs")	8.940	
CDBs - Fianças bancárias (*)	<u>2.358</u>	<u>2.094</u>
	<u>11.298</u>	<u>2.094</u>

(*) Parcela dos títulos e valores mobiliários encontra-se vinculada a cartas de fianças bancárias e garantias de operações e estão classificadas como empréstimos e recebíveis no ativo não circulante.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Instrumentos financeiros derivativos

(a) Mercado futuro de dólar (*forward*)

O Grupo, com o objetivo de reduzir sua potencial exposição a oscilações na taxa de câmbio R\$/US\$ utilizada para liquidação de suas importações, contrata operações de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo circulante e a contrapartida é registrada na demonstração de resultado na rubrica de receitas e despesas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não tem saldo passivo dos instrumentos financeiros derivativos das operações de mercado futuro de dólar (31 de dezembro de 2010 - R\$ 425).

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de *mercado futuro de dólar* em aberto em 31 de dezembro de 2010 - correspondiam a R\$ 14.899, equivalentes a US\$ 8.600.

10 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2011	2010
Contas a receber de clientes	136.390	125.033
Ajuste a valor presente	(3.062)	(2.573)
Menos		
Provisão para perda de contas a receber de clientes	(11.777)	(10.787)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>121.551</u>	<u>111.673</u>

O saldo das contas a receber, líquidas aproxima-se do valor justo, e foram apurados com base no fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa SELIC como taxa de desconto de 11,85 % (2010: 10,76 %), diminuídos da provisão para perda de contas a receber de clientes (*impairment*).

Em 31 de dezembro de 2011, no consolidado, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 6.320 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 3.268) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	2011	2010
Até 3 meses	4.553	2.146
De 3 à 6 meses	<u>1.767</u>	<u>1.122</u>
	<u>6.320</u>	<u>3.268</u>

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2011 no consolidado, as contas a receber de clientes, no total de R\$11.777 (em 31 de dezembro de 2010: R\$ 10.787) foram classificadas como não recuperáveis (*impaired*) e provisionadas. Não havia contas a receber na Controladora. As contas a receber individualmente *impaired* referem-se principalmente a lojistas especializados, e são pulverizados. Em 31 de dezembro de 2011, os saldos em atraso são pulverizados e não há qualquer valor individual por lojista superior a 2% do saldo total em atraso. Para os saldos em atraso, o Grupo toma uma série de medidas, que incluem cobranças administrativas visando a recuperação desses créditos. Segundo avaliação da administração, uma parcela dessas contas a receber deve ser recuperada. O total das contas a receber *impaired* está vencido há mais de 180 dias.

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Consolidado	
	2011	2010
Em 1º de janeiro	10.787	10.352
Provisão para perda de contas a receber	2.431	1.097
Reversão de perda	(1.441)	(662)
Em 31 de dezembro	<u>11.777</u>	<u>10.787</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima (Nota 4.1(b)). O Grupo não mantém nenhum título como garantia. Não foi efetuado qualquer desconto de duplicatas.

As contas a receber de clientes são integralmente mantidas em Reais.

11 Estoques

	Consolidado	
	2011	2010
Produtos acabados	37.300	24.188
Produtos em processo	444	2.113
Componentes	39.251	21.311
Importações em andamento	120	43
Adiantamentos a fornecedores	<u>6.877</u>	<u>7.281</u>
	<u>83.992</u>	<u>54.936</u>

O aumento no saldo de estoque foi decorrência, principalmente, da necessidade de adequar o nível do estoque ao crescimento das vendas de 2011 e a expectativa de venda futura. Também contribuiu para esse aumento a constituição de cobertura para as marcas recém lançadas, Mariner e Euro, assim como compras específicas de modelos de relógio troca-pulseira.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

É importante ressaltar que os adiantamentos a fornecedores correspondem aos pagamentos efetuados dentro da política da Companhia de liberar o recurso somente mediante o embarque da carga.

A política do Grupo para perda com estoques descrito na Nota 2.9, também considera perdas estimadas com obsolescência, tanto em função do giro quanto da qualidade física dos estoques.

As movimentações na provisão para valor de realização de estoques do Grupo são as seguintes:

	Consolidado	
	2011	2010
Em 1º de janeiro	15.263	13.338
Provisão para perda em estoques	(1.740)	4.788
Estoques baixados durante o exercício como inutilizáveis	(653)	(2.863)
Em 31 de dezembro	<u>12.870</u>	<u>15.263</u>

A provisão para perda de estoques foi constituída em montante considerado adequado pela administração para absorver perdas na realização dos saldos de estoques.

12 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos classificados nesse grupo referem-se a: (i) em 31 de dezembro de 2011: salas localizadas em São Paulo - SP, cujo valor corresponde a R\$ 237. (ii) em 31 de dezembro de 2010: a terreno localizado na cidade de Manaus - AM, cujo o valor contábil correspondia a de R\$ 1.262 e (iii) imóvel localizado na Barra da Tijuca - RJ, cujo o saldo líquido contábil em 31 de dezembro montava R\$ 2.828.

Em 17 de janeiro de 2011 a Companhia assinou escritura pública de promessa de compra e venda de imóvel, com condições resolutivas, relativo ao imóvel da Barra da Tijuca no valor total de R\$ 11.300.

Em 18 de maio de 2011, a Companhia concluiu as condições resolutivas previstas na referida escritura pública de promessa de compra e venda, tendo a venda do imóvel sido concluída nessa data.

Em 20 de julho de 2011 foi assinado promessa de compra e venda de edificação do terreno localizado em Manaus pelo valor de R\$ 2.000, integralmente recebido à vista. A consumação da venda dependia de anuência da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa em projeto de planta industrial do comprador. Caso o projeto do comprador não fosse aprovado pela Suframa, a operação seria desfeita e o comprador arcaria com multa de 25% sobre o valor da operação a ser paga ao vendedor. Em 28 de setembro de 2011 a Suframa concedeu a anuência e a escritura de compra e venda foi assinada em 29 de setembro de 2011.

Em 25 de julho de 2011 foi assinada escritura de venda do terreno localizado em Manaus pelo valor de R\$ 1.300, integralmente recebido no momento de lavratura da escritura.

Não houve *impairment* reconhecido sobre estes ativos quando da classificação como mantidos para venda em 2011 ou 2010.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Investimentos em subsidiárias

(a) Investimentos em subsidiárias (Controladora)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Em 1º de janeiro	129.199	131.039
Participação nos lucros de subsidiárias	88.946	36.737
Dividendos recebidos/a receber de subsidiárias	(24.058)	(22.204)
Aquisição de participação acionária de não controladores		(16.373)
Participação por ajuste reflexo no patrimônio de subsidiárias	893	
Aquisição de ações preferenciais (Nota 16(b))	89.617	
Aumento de capital em subsidiárias	32.166	
Incorporação de investimentos em subsidiárias	(302.923)	
Investimento em subsidiária controlada indireta incorporado	<u>247.772</u>	
Em 31 de dezembro	<u>261.612</u>	<u>129.199</u>

Percentual

<u>Nome</u>	<u>País</u>	<u>Negócio</u>	<u>Participação direta nas ações ordinárias</u>
SD Participações	Brasil	Holding	100
TASA	Brasil	Fabricação de relógios	100
TASS	Suíça	Escritório de representação	100

Em 15 de dezembro de 2011 a Companhia incorporou o acervo líquido de sua controlada SD Participações, no valor de R\$ 302.923, cujo investimento na controlada TASA era de R\$ 247.772. A referida incorporação não gerou alteração no capital da Companhia.

Segue abaixo a participação do Grupo nos resultados das principais controladas diretas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
TASA	314.630	53.018	262.030	93.061
TASS	4	13		(2)
<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
SD Participações	245.899	121.170	47.552	36.737
TASA	232.188	64.060	218.294	49.372
TASS	4	10		(8)

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

	Consolidado			
	Ágio	Software	Marcas e licenças	Total
Em 31 de dezembro de 2010				
Saldo inicial	125.502	858	7.147	133.507
Aquisições		566	8	574
Indenizações recebidas	(2.331)			(2.331)
Amortização		(242)	(645)	(887)
Saldo contábil líquido	123.171	1.182	6.510	130.863
Em 31 de dezembro de 2010				
Custo	123.171	3.240	7.307	133.718
Amortização acumulada		(2.058)	(797)	(2.855)
Saldo contábil líquido	123.171	1.182	6.510	130.863
Em 31 de dezembro de 2011				
Saldo inicial	123.171	1.182	6.510	130.863
Aquisições		571	428	999
Baixas - custo		(684)		(684)
Baixas - amortização		601		601
Outros			41	41
Amortização		(344)	(666)	(1.010)
Saldo contábil líquido	123.171	1.326	6.313	130.810
Em 31 de dezembro de 2011				
Custo	123.171	3.127	7.735	134.033
Amortização acumulada		(1.801)	(1.422)	(3.223)
Saldo contábil líquido	123.171	1.326	6.313	130.810

(a) Ágio

O ágio determinado na aquisição em 2008 da SD Participações e suas controladas: T1 Participações S.A., posteriormente incorporada por Technos Relógios S.A., esta por sua vez incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. (Nota 1(a)), foi calculado como a diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido das entidades adquiridas, líquido dos acervos contábeis incorporados. O ágio determinado na época foi fundamentado em rentabilidade futura, e foi registrado no intangível. O ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008. A partir de 2009, o ágio não é mais amortizado, porém está sujeito a teste anual de *impairment*.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As indenizações recebidas relacionadas com a combinação de negócios acima descrita, foram registradas diretamente como redutoras do saldo de ágio, em função da transação original ter ocorrido anteriormente à adoção das práticas contábeis estabelecidos por IFRS/CPC. O Grupo utilizou a isenção disponível para combinação de negócios na data de transição (1º. de janeiro de 2009).

(b) Marcas

No grupo de marcas e licenças estão registrados os custos de aquisição da marca Technos. A aquisição da marca nacional ocorreu em junho de 1994 e da marca internacional em março de 2001. Ambas estão contabilizadas ao custo de R\$ 2.140 e R\$ 2.142, respectivamente.

O Grupo atribuiu vida útil indefinida à marca Technos. Os elementos considerados na avaliação da administração compreenderam: (i) o histórico de sucesso de longo prazo da marca iniciada há mais de cem anos na Suíça; (ii) o nível dos gastos de manutenção requeridos para obter os benefícios econômicos futuros; (iii) inexistência de prazo legal para a sua utilização, capacidade e a intenção do Grupo em manter o ativo; e (iv) ausência de fatores ligados à obsolescência técnica, tecnológica ou comercial, entre outros.

(c) Licenças de uso de marca

O Grupo possui as licenças para a comercialização das marcas Euro, Seiko e Mormaii.

(i) Mormaii

O Grupo possui contrato de licença de uso da marca Mormaii, pelo prazo de 15 anos a findar em 31 de agosto de 2026. De acordo com o esse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca, à título de *royalties*, um percentual do valor bruto sobre as vendas dos produtos com a marca Mormaii. Foi pago valor inicial a título de antecipação de uma parcela dos royalties devendo ser descontado mensalmente do royalty efetivamente apurado à razão de 1/180 meses. Caso o contrato seja extinto antes de seu vencimento o saldo a ser descontado será ressarcido pelo licenciante.

(ii) Euro

O Grupo possui contrato de licença de uso da marca Euro, com vigência até 30 de setembro de 2014. Com base nesse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca um valor fixo mensal, reajustado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGPM").

Além da remuneração fixa, o Grupo é obrigado a pagar remuneração variável a qual é calculada como base na receita bruta anual das vendas multiplicada por fatores decrescentes, limitados a um valor máximo durante o prazo do contrato.

O valor da parcela variável somente será devido quando for superior ao valor total fixo anual e, nesse caso, será equivalente a diferença positiva entre o valor da parcela variável e o valor total fixo anual.

As obrigações a pagar pelo uso da marca EURO correspondentes ao valor presente dos pagamentos mínimos estão registrados como "Licenciamento a pagar".

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Seiko

O Grupo possui contrato de licença de distribuição exclusiva da marca Seiko em território nacional, com vigência até 31 de março de 2014. Para o uso da licença Seiko, a única exigência requerida é que todos os componentes utilizados nos relógios da marca Seiko utilizem componentes genuínos da marca, não sendo permitido o uso de qualquer outro componente que não sejam oriundos da Seiko.

(d) Testes de verificação de *impairment* para ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida

Conforme definido na política contábil descrita na Nota 2.13, o Grupo testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constituem principalmente de ágio e da Marca Technos.

Ágio

Para fins de testes de *impairment*, o ágio foi integralmente alocado ao investimento na TASA. Em 2011, o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável a metodologia do valor de mercado com base na última cotação das ações registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) menos os custos associados a essa venda. A administração concluiu que o saldo do ágio é recuperável e por isso não registrou qualquer perda de *impairment* de ágio.

Marcas

Para a determinação do valor recuperável da Marca Technos, a avaliação foi efetuada com base na projeção dos fluxos de caixa esperados dos negócios envolvendo produtos dessa marca. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas ao volume de vendas, rentabilidade, taxas de desconto, entre outras. A administração concluiu que se utilizasse somente um ano no cálculo do fluxo de caixa, o resultado (valor recuperável) seria superior ao valor contábil registrado.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizado

	Consolidado							
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2010								
Saldo inicial	1.791	4.325	24	2.182	2.116	1.412	24	11.874
Aquisições		46	566	1.248	863	1.662		4.385
Impairment			(8)	(263)	5	(26)	(2)	(294)
Alienações - custo				(3.118)	(758)	(143)		(4.019)
Alienações - depreciação acumulada				3.116	150	110		3.376
Depreciação		(496)	(8)	(400)	(249)	(493)	(4)	(1.650)
Transferências				53		(53)		
Valores transferidos para ativos não circulantes mantidos para venda-custo (Notas 12)	(1.773)	(4.176)						(5.949)
Valores transferidos para ativos não circulantes mantidos para venda -depreciação (Notas 12)								
		3.121						3.121
Saldo contábil, líquido	18	2.820	574	2.818	2.127	2.469	18	10.844
Em 31 de dezembro de 2010								
Custo	18	9.283	582	19.760	2.516	9.816	86	42.061
Depreciação acumulada		(6.463)	(8)	(16.942)	(389)	(7.347)	(68)	(31.217)
Saldo contábil, líquido	18	2.820	574	2.818	2.127	2.469	18	10.844
Em 31 de dezembro de 2011								
Saldo inicial	18	2.820	574	2.818	2.127	2.469	18	10.844
Aquisições			6.428	2.710	1.952	4.830		15.920
Impairment						(35)		(35)
Alienações - custo		(489)		(3.088)	(1.122)	(3.189)	(18)	(7.906)
Alienações - depreciação		288		3.007	256	3.021		6.572
Depreciação		(346)	(201)	(589)	(295)	(706)		(2.137)
Outros				(295)				(295)
Transferências - custo			240	268	(5)	(133)	(68)	302
Transferências - depreciação			(78)	(186)	5	(111)	68	(302)
Valores transferidos para ativos não circulantes mantidos para venda-custo (Notas 12)		(463)						(463)
Valores transferidos para ativos não circulantes mantidos para venda -depreciação (Notas 12)								
		226						226
Saldo contábil, líquido	18	2.036	6.963	4.645	2.918	6.146		22.726
Em 31 de dezembro de 2011								
Custo	18	8.331	7.234	19.355	3.341	11.324		49.603
Depreciação acumulada		(6.295)	(271)	(14.710)	(423)	(5.178)		(26.877)
Saldo contábil, líquido	18	2.036	6.963	4.645	2.918	6.146		22.726

Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2011, o montante de R\$ 985 (2010 - R\$ 722) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos vendidos", R\$ 940 (2010 - R\$ 637) em "Despesas administrativas".

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Empréstimos

	<u>Consolidado</u>
	<u>2010</u>
Não circulante	
Empréstimos - FIP	<u>86.770</u>
Circulante	
Empréstimos Capital de Giro	<u>6.072</u>
	<u>6.072</u>
Total dos empréstimos	<u>92.842</u>

(a) Capital de giro e linhas de crédito

Em 28 de abril de 2011 o Grupo captou empréstimo de capital de giro e linhas de crédito no montante de R\$ 20.000 para suportar eventuais desembolsos imediatos, remunerados a 100% do CDI acrescidos de 0,194% ao mês. O montante captado em 2011 foi liquidado em 06 de julho de 2011. A captação de 2010 foi liquidada em 31 de março de 2011.

(b) Empréstimos - FIP

Em 8 de maio de 2008, o FIP Multisetorial ("FIP") aportou R\$ 119.600 na SD Participações que representando 119.600.000 ações preferenciais sem valor nominal lhe asseguravam o direito a recebimento de dividendos fixos, prioritários e não cumulativos de R\$ 20.000 anuais, o qual foi reajustado, em cada exercício social, por 50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), contados a partir de 8 de maio de 2009, até a data em que tal dividendo foi declarado.

As ações da SD Participações detidas pelo FIP estavam sujeitas a instrumentos contratuais que garantiam o direito da Technos S.A. de adquiri-las pelo preço de emissão corrigido por 100% do CDI, deduzido dos dividendos pagos até o momento da compra. Da mesma forma, o FIP tinha, em determinadas circunstâncias o direito de vender pelo mesmo preço, para a Technos S.A. suas ações de SD Participações.

De acordo com as IFRS/CPC essas ações preferenciais atingiram a definição de passivo financeiro e foram tratadas como dívida. Esses instrumentos contratuais tinham seu vencimento original previsto para 16 de dezembro de 2016.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo avaliou esses instrumentos contratuais e concluiu que seu efeito prático representava a reclassificação das ações preferenciais como passivo financeiro remensurado ao custo amortizado.

A Technos S.A. possuía dois instrumentos financeiros derivativos através da compra de opção de compra ("call") e venda de opção de venda ("put") das ações preferenciais detidas pelo FIP. De acordo com o IAS 32 e CPC 39, os derivativos embutidos em um contrato somente devem ser reconhecidos separadamente quando e se o valor do preço de exercício for diferente do custo amortizado da dívida.

Como no contrato em questão, o preço de exercício era exatamente igual ao custo amortizado da dívida, os instrumentos financeiros derivativos não se qualificavam para reconhecimento em separado por já estarem mensurados no próprio contrato.

Em 20 de abril de 2011, a Technos S.A. negociou a compra do total de 119.600.000 ações preferenciais da controlada SD Participações S.A. detidas pelo FIP Multisetorial, seguindo as disposições presentes nos instrumentos contratuais existentes entre a Technos S.A. e o FIP Multisetorial. O valor da compra era de R\$89.617, com prazo de pagamento de até 120 dias contados a partir de 20 de abril de 2011. Esse valor foi reajustado até a data do efetivo pagamento pela variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. Em 05 de julho de 2011 a Companhia liquidou financeiramente a operação de compra das ações preferenciais pelo montante de R\$ 91.690.

(c) Garantias

Capital de giro e linhas de crédito

Para a contratação dos empréstimos de capital de giro e linhas de crédito, o Grupo concedeu como garantia, recebíveis cujo o valor nominal total é equivalente ao valor da dívida em aberto. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía valor utilizado na linha de crédito.

17 Provisão para contingências

Na data das demonstrações financeiras, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas e previdenciárias</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2009	31.465	331	31.796
Provisão no exercício	1.508		1.508
Reversão de provisão	(203)		(203)
Em 31 de dezembro de 2010	32.770	331	33.101
Provisão no exercício	2.135	476	2.611
Reversão de provisão	(24.950)	(285)	(25.235)
Reclassificação de provisão para a conta de IR e CSL diferidos	2.044		2.044
Em 31 de dezembro de 2011	<u>11.999</u>	<u>522</u>	<u>12.521</u>

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Natureza das contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Tributárias

Referem-se, substancialmente, a tributação de PIS e COFINS sobre Juros sobre o Capital Próprio recebido de empresa controlada no período de 2004 à 2005. Também estão considerados os impostos devidos na baixa de provisão de estoque obsoleto, tais como Imposto de Importação, IPI e ICMS, entre outros.

Em 2011, o Grupo reverteu provisão para riscos fiscais no montante de R\$ 24.112, decorrente de prescrição.

Contingências trabalhistas e previdenciárias

Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

No que se refere aos prazos de conclusão dos processos, a maioria dos processos provisionados referem-se a matérias de natureza tributária para os quais estimamos prazos médios de realização para esses passivos, geralmente, num horizonte de 3 a 5 anos.

(b) Perdas possíveis

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2011	2010
Tributária	25.472	20.862
Trabalhista	586	1.676
Cíveis	219	138
	26.277	22.676

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Ativos contingentes não reconhecidos

O Grupo questiona judicialmente a inconstitucionalidade da base de cálculo do PIS e COFINS calculada nos termos da Lei nº 9.718/98. Os valores envolvidos nas ações judiciais, atualizados até 31 de dezembro de 2011, correspondem a R\$ 3.750 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.894). Esses impostos que estão sendo questionados foram recolhidos pelo Grupo. Os processos aguardam julgamento e foram avaliados pelos consultores jurídicos como de provável chance de êxito.

(d) Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o saldo de depósitos judiciais refere-se, principalmente a questionamento de contribuições previdenciárias devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"). O Grupo foi autuado pela fiscalização do INSS. Para recorrer dessa autuação na esfera administrativa, o Grupo teve de depositar 30% do valor da causa.

O Grupo já obteve decisão favorável em 1ª instância, entretanto o INSS recorreu e o desfecho desse processo encontra-se indefinido.

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos e corrente

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são em sua maioria de 6,25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, considerando o benefício fiscal do lucro da exploração e planejamentos tributários. Com exceção ao imposto de renda sobre o ágio por não ser considerado no lucro da exploração.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Expectativa de realização dos impostos diferidos:

	Consolidado	
	2011	2010
Ativo de imposto diferido	(3.113)	(873)
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses	33.463	22.413
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>30.350</u>	<u>21.540</u>

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores dos ativos de imposto diferido serão realizados até 2014. Os impostos diferidos passivos referem-se à diferença no tratamento da amortização do ágio o qual desde 31 de dezembro de 2008 é apenas permitido para fins fiscais. Sua realização se dará na ocasião de eventual registro de perda por *impairment* do ágio ou na alienação do investimento que deu origem ao referido ágio.

A movimentação líquida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Consolidado	
	2011	2010
Em 1º de janeiro	21.540	10.686
Valor reclassificado da conta de provisão de contingência fiscal	(2.044)	
Despesa da demonstração do resultado	10.854	10.854
Em 31 de dezembro	<u>30.350</u>	<u>21.540</u>

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

(i) Passivo diferido

	Consolidado	
	Benefício fiscal de incorporação	Outros
Passivo de imposto diferido		
Em 1º de janeiro de 2010	11.128	187
Debitado à demonstração do resultado	11.128	(30)
Em 31 de dezembro de 2010	22.256	157
Em 1º de janeiro de 2011	22.256	157
Debitado à demonstração do resultado	11.128	(78)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>33.384</u>	<u>79</u>

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ativo diferido

	<u>Outros</u>
Ativo de imposto diferido	
Em 1º de janeiro de 2010	629
Creditado à demonstração do resultado	<u>244</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>873</u>
Em 1º de janeiro de 2011	873
Creditado à conta de provisão de contingência fiscal	2.044
Creditado à demonstração do resultado	<u>196</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>3.113</u>

(b) Despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imposto corrente sobre o lucro do período	<u>5.993</u>	<u>3.204</u>
Realização de crédito fiscal de incorporação	11.128	11.128
Geração e (estorno) de diferenças temporárias	<u>(274)</u>	<u>(274)</u>
Total do imposto diferido	<u>10.854</u>	<u>10.854</u>
Despesa do imposto de renda	<u>16.847</u>	<u>14.058</u>

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto sobre o lucro do Grupo antes do imposto difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	105.804	51.601
Alíquota nominal dos tributos - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(35.973)	(17.544)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Incentivo fiscal imposto de renda	13.792	8.975
Realização de provisões não dedutíveis em exercícios anteriores	21.290	8.114
Despesas indedutíveis	(3.194)	(2.140)
Realização de ativo fiscal diferido (*)	(11.128)	(11.129)
Outros	(1.634)	(334)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(16.847)</u>	<u>(14.058)</u>
Corrente	(5.993)	(3.204)
Diferido	<u>(10.854)</u>	<u>(10.854)</u>
	<u>(16.847)</u>	<u>(14.058)</u>
Alíquota efetiva	16%	27%

(*) Refere-se à realização do benefício fiscal do ágio originado na aquisição da TASA.

A redução da alíquota efetiva de 27% para 16% ocorreu em decorrência da redução da base de cálculo fiscal do imposto de renda e da contribuição social em consequência da reversão de provisões não dedutíveis constituídas em exercícios anteriores.

19 Capital social e reservas

(a) Capital subscrito

O capital social é representado por 76.175.206 (128.591.827 em dezembro de 2010, agrupadas em 31 de maio de 2011 para 64.295.913) ações ordinárias integralizadas, todas nominativas e sem valor nominal, como segue:

Acionistas	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem (%)
Fundo de Investimento e Participações GMT	44.473	58,38
Outros	<u>31.702</u>	<u>41,62</u>
	<u>76.175</u>	<u>100,00</u>

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Ata de Reunião do Conselho Administrativo em 4 de maio de 2011, os acionistas aprovaram sob os planos da opção vigente e concedidos a emissão de 711.560 ações ordinárias em favor de diretores do Grupo, precificadas ao valor de R\$ 1,2035 por ação, totalizando R\$ 856. Neste mesmo dia foram integralizadas 185.514 ações, pelo preço unitário por ação de R\$ 1,4371, totalizando R\$ 267.

Em Ata de Reunião do Conselho Administrativo em 10 de maio de 2011, os acionistas aprovaram sob os planos da opção vigente e concedidos a emissão de 493.204 ações ordinárias em favor de diretores do Grupo, precificadas ao valor de R\$ 1,1129 por ação, totalizando R\$ 549. Neste mesmo dia foram integralizadas 206.250 ações, pelo preço unitário por ação de R\$ 1,4491, totalizando R\$ 299.

Em Ata de Assembléia Geral Extraordinária em 31 de maio de 2011, os acionistas aprovaram o grupamento das ações de emissão da Companhia na proporção 2 (duas) para 1 (uma) nova ação da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social, passando o total de ações ordinárias de 129.796.591 para 64.898.295 ações ordinárias. Neste mesmo dia foi aprovada a emissão de 267.936 ações ordinárias em favor de gerentes e coordenadores do Grupo, precificadas ao valor de R\$ 10,7861 por ação, totalizando R\$ 2.890

Em Ata de Reunião do Conselho Administrativo em 6 de junho de 2011, os acionistas aprovaram sob os planos da opção vigente e concedidos a emissão de 63.029 ações ordinárias em favor de diretores do Grupo, precificadas ao valor de R\$ 2,1983 por ação, totalizando R\$ 139. Neste mesmo dia foram integralizadas 25.498 ações, pelo preço unitário por ação de R\$ 2,9242, totalizando R\$ 75.

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração em 28 de junho de 2011, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias "OPA", foi deliberado aumento de capital mediante emissão de 10.945.946 ações ordinárias, precificadas a R\$ 16,50 por ação, a serem integralizadas em 5 de julho de 2011. Desses, R\$ 1.806 foram destinados a aumento do capital social e R\$ 178.802 foram mantidos em conta de reserva de capital.

Conforme o estatuto social, a Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, anualmente de 25% do lucro ajustado.

(b) Reserva legal e dividendo adicional proposto

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de dividendo adicional proposto refere-se aos dividendos propostos a serem deliberados na Assembléia Geral em observância a Lei das Sociedades por Ações.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 14 de maio de 2010, a Companhia por meio de sua controlada SD Participações adquiriu 10,04% de capital total e votante na controlada TASA, anteriormente detida por participação não controladora. A transação gerou efeitos contábeis registrados diretamente no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial". Este montante não foi utilizado para reduzir a base de cálculo dos dividendos incluído na determinação dos dividendos distribuíveis.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reserva de lucros - incentivos fiscais reflexos

Com base no Art. 195-A da Lei das S.A., a Companhia destinou para reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente do lucro na exploração da sua subsidiária TASA, e esse montante foi excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. A divulgação detalhada da política contábil adotada incluindo métodos de apresentação, natureza das subvenções e as condições para reconhecimento, estão descritas na Nota 2.17 (a).

20 Plano de opção de compra de ações - "stock options"

A opção de recebimento de prêmios baseados em ações é disponibilizada a alguns executivos da TASA, controlada direta da Companhia, pela emissão de ações da Technos S.A. Baseada nas normas descritas no CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, a TASA passou a reconhecer o resultado de compensação (valor líquido de perdas estimadas) da participação concedida aos executivos, proporcionalmente, com base no período determinado de sua permanência na TASA e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de duração da opção, dividendo e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado.

O número de opções disponibilizadas é fixo e pré-determinado no momento da concessão das mesmas, sendo que todas as opções estão disponíveis para exercício já no momento da concessão. As opções tem um prazo máximo de exercício de 7 anos, sendo que cada executivo tem a obrigação de utilizar um percentual mínimo de sua remuneração variável e de seus dividendos para o exercício, o que reduz o prazo médio efetivo de exercício. O preço de exercício das opções é ajustado anualmente por Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)+7%.

As opções de compra de ações em aberto em 31 de dezembro de 2011 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício estimados:

<u>Data de vencimento</u>	<u>Preço de exercício por ação - reais</u>	<u>Opções - milhares 2010</u>	<u>Opções - Milhares 2011</u>
2011	2,48	186	
2012	2,70	174	438
2013	3,41	144	403
2014	4,79	81	315
2015	4,50	1.209	223
		<u>1.794</u>	<u>1.379</u>

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo médio ponderado das opções concedidas em 2009, determinado com base no modelo de avaliação *Black-Scholes*, era de R\$ 54 no total, equivalente a R\$ 0,04 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2009 foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 1,00 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 6,15%, rendimento de R\$ 0,45 por ação, a ser aprovado em assembleia geral ordinária, uma vida esperada da opção correspondente a cinco anos e uma taxa de juros anual sem risco de 9,25%. A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística da variação mensal da receita da Companhia num período de cinco anos, por se tratar de uma Companhia sem ações listadas na época da concessão. Não foram concedidas opções em 2010.

Em 2011 foram aprovados os planos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º de opção de compra de 900 mil ações ordinárias da Technos S.A., concedidos a executivos do Grupo. O valor justo médio ponderado das opções concedidas em 2011, determinado com base no modelo de avaliação *Black-Scholes*, era de R\$ 3.836 no total, equivalente a R\$ 4,26 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2011 foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 7,97 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 4,76%, rendimento de dividendos esperado de R\$ 0,45 por ação, a ser aprovado em assembleia geral ordinária, uma vida esperada da opção correspondente a 4,0 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 11,55%. A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística da variação mensal da receita da Companhia num período de cinco anos, por se tratar de uma Companhia sem ações listadas na época da concessão.

Também em 2011 foram subscritas e integralizadas 268 mil ações ordinárias da Technos S.A., concedidas a gerentes e coordenadores do Grupo e liquidadas a vista pelo valor justo de R\$ 10,7862 por ação.

21 Receita

(a) Composição da receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida, dos exercícios findos em 31 de dezembro é como segue:

	Consolidado	
	2011	2010
Vendas brutas de produtos e serviços	319.857	263.638
Ajuste a valor presente sobre as vendas	(11.633)	(8.175)
Impostos sobre vendas	(47.935)	(38.357)
Ajuste a valor presente sobre impostos sobre vendas	1.741	1.188
Receita líquida	<u>262.030</u>	<u>218.294</u>

O aumento na receita líquida é resultado, principalmente, do aumento do volume de vendas.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Despesa por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Matéria prima, mercadoria e materiais de uso e consumo			(67.900)	(60.315)
Frete e armazenagens			(11.131)	(9.083)
Gastos com pessoal	(213)	(187)	(58.900)	(52.367)
Serviços prestados por terceiros	(240)	(153)	(25.178)	(15.987)
Impostos e taxas			(2.146)	(1.876)
Aluguel de imóveis e equipamentos			(580)	(144)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>			(3.182)	(2.831)
Provisão para participação nos lucros			(7.684)	(8.589)
Reversão de provisões			22.935	
Outras despesas	(286)	(76)	(9.764)	(12.179)
	(739)	(416)	(163.530)	(163.371)
Classificado como:				
Custo dos produtos vendidos			(95.864)	(79.523)
Despesas de vendas			(69.788)	(50.967)
Despesas administrativas	(739)	(416)	(24.415)	(18.430)
Outras despesas/receitas operacionais			26.537	(14.451)
	(739)	(416)	(163.530)	(163.371)

23 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2011	2010
Despesa financeira		
Empréstimos - capital de giro	(1.057)	(37)
Empréstimos - FIP e recompra de ações minoritários	(6.187)	(9.444)
Outras despesas financeiras	(1.122)	(2.203)
Descontos financeiros concedidos	(922)	(454)
	(9.288)	(12.138)
Receita financeira		
Receita financeira sobre títulos e valores mobiliários	4.729	1.632
Realização de ajuste a valor presente	9.403	6.237
Outras receitas financeiras	2.460	947
	16.592	8.816
Resultado financeiro, líquido	7.304	(3.322)

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação do exercício findo em 31 de dezembro é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	88.957	35.714
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>70.493</u>	<u>64.197</u>
Lucro básico por ação em R\$	<u>1,262</u>	<u>0,556</u>

(b) Diluído

O lucro intermediário diluído por ação do exercício findo em 31 de dezembro é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui somente uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro	88.957	
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade		35.714
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	70.493	64.197
Ajustes de		
Opções de compra de ações (milhares)	<u>2.414</u>	<u>2.381</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	<u>72.907</u>	<u>66.578</u>
Lucro diluído por ação em R\$	<u>1,220</u>	<u>0,536</u>

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Dividendos

Anteriormente, os dividendos propostos eram reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorre no exercício seguinte. Atualmente, os dividendos acima do mínimo obrigatório são somente reconhecidos quando aprovados pelos acionistas.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	88.957	35.714
Constituição da reserva legal	(4.448)	(1.786)
Incentivo fiscal (Nota 19(d))	<u>(13.792)</u>	<u>(8.887)</u>
Base de cálculo dos dividendos	70.717	25.041
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (2010 - 50%)	17.679	12.521
Total dividendos pagos no exercício referentes a:		
Exercício 2009 (declarados e pagos)		(7.077)
Exercício 2010 (declarados e pagos)	(16.187)	(2.623)
Dividendos propostos para pagamento no exercício seguinte	<u>17.679</u>	<u>12.521</u>
Dividendos a pagar no final do exercício	23.909	9.898
Percentual de dividendos do exercício sobre o lucro líquido do exercício - %	19,87%	35,06%

26 Transações com partes relacionadas

26.1 Consolidado

O Grupo é controlado pelo Fundo de Investimento e Participações GMT, que detém 58,38% das ações da sociedade. Os 41,62% remanescentes das ações estão distribuídas em ações em circulação e detidas por executivos do Grupo.

O Grupo não mantém transações comerciais e financeiras com partes relacionadas.

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui diretores e gerentes. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados prestados durante os exercícios findos em 31 de dezembro, está apresentada a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Salários e encargos dos gerentes	9.690	7.205
Remuneração e encargos da diretoria	3.066	2.762
Participação nos lucros/stock-option	<u>4.835</u>	<u>3.544</u>
	<u>17.591</u>	<u>13.511</u>

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.2 Controladora

A Companhia recebeu em 2011, R\$ 11.928 de dividendos da controlada SD Participações. Em igual período de 2010, a Companhia recebeu dividendos de R\$ 9.300.

27 Eventos subsequentes

Em 11 de janeiro de 2012 a Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A., firmou contrato de distribuição e direito de uso de marca com a TMX LIMITED N.V., ("Timex"), tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização dos relógios da marca "Timex" de forma exclusiva em todo o território nacional.

O contrato tem duração até 31 de março de 2015, e não envolve recursos iniciais ou pagamento de royalties. A renovação do acordo por período adicional de três anos é automática e está vinculada ao atingimento de alguns indicadores operacionais.

* * *